
A política externa independente do Governo João Goulart (1961-1964): Movimentos “quentes” de uma Guerra Fria

*Charles Sidarta Machado Domingos**

Resumo: Este artigo aborda a Política Externa Independente (PEI) do governo de João Goulart, no contexto anterior ao golpe civil-militar de 1964. Procuramos demonstrar, a partir do que foi retratado no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, como a política externa do período contribuiu para o acirramento das disputas travadas pelo controle do poder no País, em um momento turbulento da Guerra Fria.

Palavras-chave: Guerra Fria. Governo João Goulart. Política Externa Independente.

Abstract: This articles approaches Independent External Politics of João Goulart Governments in the prior context of civil-military overthrow. We try to demonstrate, based on the description in the newspaper *Correio do Povo*, from Porto Alegre, RS, how the external politics from that period contributed to the fiercing of the disputes engaged for power in the country, during a very disturbed from the Cold War.

Keywords: Cold War. João Goulart Governments. Independent External Politics.

A título de aquecimento

O governo João Goulart (1961-1964) foi um período importante para o entendimento da História de nosso país. Foi nesse início da década de 60 que o Brasil viveu um protagonismo popular inédito, até então, em sua formação social, política, econômica e cultural.

* Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da Capes.

Foi o momento da luta pelas Reformas de Base, mas, também, o momento no qual os setores golpistas do Exército e da sociedade civil tentavam realizar um projeto que vinha sendo atravancado desde o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. Foi o momento em que as classes populares exigiam melhores condições de vida na cidade, através de uma reforma urbana e, no campo, com a execução da reforma agrária, talvez a mais reivindicada das reformas, com forte apelo em Pernambuco (Ligas Camponesas) e no Rio Grande do Sul (Master); mas também o tempo no qual as classes dominantes, nas indústrias e nos latifúndios, não admitiam ceder mais. Foi, portanto, um período de tensões.

A Guerra Fria, com todas as suas implicações ideológicas, políticas, econômicas, sociais e culturais, desde meados da década de 50, com a recuperação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), vivenciava uma nova fase. O predomínio econômico e militar dos Estados Unidos da América (EUA) já não mais se concretizava como inquestionável. Em 1955, um grupo de países pretendeu reordenar, em Bandung, Indonésia, as relações políticas e econômicas internacionais, rompendo a bipolaridade, o que possibilitou ao Brasil pensar em uma nova forma de inserção nas relações externas.

Desse modo, no curto governo Jânio Quadros, foi proposta uma nova orientação para o Brasil nas suas relações diplomáticas: a PEI. Com a renúncia de Quadros, o novo presidente, João Goulart, fez da PEI uma das ferramentas de busca pelo desenvolvimento do país dentro dos limites de seu projeto nacional-reformista.¹

Assim como as Reformas de Base, a PEI foi motivo de inúmeras disputas entre os setores populares e dominantes de nossa sociedade, pois, segundo afirma Jean-Baptiste Duroselle “não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna”. (Apud MILZA, 2003, p. 369).

Para percebermos o grau de relevância que a PEI alcançou ao longo do governo João Goulart, optamos por demonstrar alguns momentos nos quais ela foi alvo da atenção do jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre. A escolha recaiu sobre esse jornal em razão de sua tradição² – pois sua fundação data do ano de 1895 – e pela sua proposição de ser independente, pois não pretendia, ao menos publicamente, estar vinculado a nenhum dos grupos políticos do Estado.³ Sua diretriz jornalística estava assentada nas palavras *independente, nobre e forte*. (DILLENBURG, 1997, p. 9). Seu estilo auto-assumido seria o de um jornalismo inteiramente informativo, sem preferências político-partidárias.⁴

No entanto, é importante lembrar que a década de 1960 foi um período de terror anticomunista, de Guerra Fria, de incertezas quanto ao futuro do País e do planeta. Dessa forma, certamente, havia uma visão de mundo embutida na redação desse jornal. Mas isso se deu em todos os jornais, afinal, os jornais não são imparciais. Eles defendem a visão de mundo e os interesses dos grupos sociais que os financiam. E vale lembrar que em 1969 – poucos anos depois de o Estado brasileiro ter sido conquistado pelos opositores do projeto nacional-reformista – a revista *Visão* colocava Breno Caldas, proprietário do *Correio do Povo*, como tendo a sexta maior fortuna do País. (DILLENBURG, 1997, p. 15).

A Guerra Fria

Terminada a Segunda Guerra Mundial, foi estabelecida uma nova correlação de forças, deslocando o eixo político-econômico da Europa para uma bipolarização entre Estados Unidos e União Soviética. A partir da Conferência de Yalta, realizada em fevereiro de 1945, houve uma divisão de esferas de influência entre os dois países. Com o estabelecimento dessas esferas de influência, os países vizinhos à URSS ficaram impedidos de ter regimes de governos que se opusessem ao soviético, como forma de garantir as fronteiras ocidentais da URSS. Poucos meses depois, foi realizada a Conferência de Potsdam, entre os dias 17 de julho e 2 de agosto de 1945. A partir desse encontro, se estabeleceu uma política internacional bipolar, capitaneada pelos Estados Unidos – que muito se beneficiaram da Segunda Guerra Mundial – e pela União Soviética, que, mesmo devastada econômica e demograficamente durante a Segunda Guerra Mundial, começara a se reestruturar lentamente. Dessa forma, teve início a Guerra Fria.

Ao mesmo tempo que a União Soviética foi se consolidando como potência mundial, os Estados Unidos – gozando de sua influência sem concorrência na América Latina – foram estreitando, cada vez mais, seu domínio no continente americano. Em 1947 foi assinado, no Rio de Janeiro, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) que previa o auxílio militar em caso de agressão externa a qualquer país da América Latina ou aos Estados Unidos. (VIZENTINI, 1995, p. 45). Com isso, os Estados Unidos asseguravam a legitimidade para uma futura e possível intervenção no continente.

No ano seguinte, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). (VIZENTINI, 1995, p. 46-47). Com isso, seria possível que as questões relativas ao continente americano deixassem de ser tratadas exclusivamente na Organização das Nações Unidas (ONU), que contava com a participação dos países socialistas, e passassem a ser tratadas, preferencialmente, nos fóruns da OEA, consolidando de vez a dominação norte-americana. Realmente, dessa forma, a América Latina se transformava no *quintal* dos Estados Unidos.

Em contrapartida, em 1949, a União Soviética criou o Conselho de Ajuda Mútua Econômica (Come) (VIZENTINI, 2003a, p. 204), com a intenção de concretizar e protagonizar um mercado comum para os países socialistas, o que nada mais era do que uma forma de ampliar suas “áreas de influência”, através do estabelecimento de laços econômicos em vez de laços estritamente geográficos. Por sua vez, os Estados Unidos criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que intensificava e legalizava a presença do Exército norte-americano na Europa. (HOBSBAWM, 2003, p. 238). No mesmo ano de 1949, a União Soviética detonou sua primeira bomba atômica, aumentando, consideravelmente, seu poderio bélico. (GADDIS, 2006, p. 33-34). E, em outubro, era proclamada pelos comunistas chineses a República Popular da China. (VIZENTINI, 2003a, p. 80-81). O mundo estava cada vez mais dividido entre o bloco de formação social capitalista, comandado pelos Estados Unidos, e outro socialista, capitaneado pela União Soviética.

Mas foi nos anos 50 que os ânimos ficaram verdadeiramente acirrados. Como resposta ao rearmamento da Alemanha ocidental (capitalista) e seu ingresso na Otan, foi efetuado o Pacto de Varsóvia (1955), uma aliança militar entre União Soviética, Polônia, Alemanha oriental (comunista), Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária. (VIZENTINI, 2003a, p. 208). Agora, a URSS também passava a contar com forte aliança militar, o que aumentou as preocupações dos EUA. Somado a isso, em 1957, os soviéticos tomaram a dianteira na corrida espacial ao lançarem o primeiro satélite artificial, o *Sputnik*,⁵ demonstrando sua eficiência tecnológica.

Ao mesmo tempo, a histeria anticomunista, patrocinada pelos Estados Unidos, estava consolidada. Internamente, os Estados Unidos seguiam a política do Macarthismo: uma ferrenha perseguição ideológica a todos que discordassem do sistema capitalista.⁶ Esse anticomunismo

era tão intenso que Hobsbawm fala sobre um alto membro dos círculos militares estadunidenses, o secretário de Estado da Marinha do presidente Truman, James Forrestal (1882-1949), clinicamente louco o bastante para suicidar-se porque via a chegada dos russos de sua janela do hospital (HOBSBAWM, 2003, p. 232). Os comunistas eram vistos como monstros, do tipo que “fazem churrasquinho de padres” e que “comem criancinhas”. Recentemente, na cidade de Lajeado, RS, o museu local expôs um pequeno pedaço do Muro de Berlim, acompanhado de uma legenda – *O Muro de Berlim foi construído pelos soviéticos* – induzida pelo temor das vilanias patrocinadas pelo sistema político soviético e reproduzindo, mais de 45 anos depois, o mesmo discurso de caráter anticomunista. Certamente, são resquícios dos tempos de Guerra Fria, pois o jornal *Correio do Povo* assim publicava em manchete:

Cerimônia comemorativa junto ao Muro da Vergonha em Berlim pelas vítimas do terrorismo comunista: Faz hoje um ano que o jovem Peter Fechter, trabalhador de 18 anos, tombou a poucos passos do local, vítima das balas dos guardas de Berlim Oriental. [...] O rapaz havia parado diante da muralha e segundos antes do salto para a liberdade foi varado pelos projéteis das metralhadoras dos guardas comunistas, caindo ao solo banhado em sangue e agonizante. Foi levado para o hospital apenas para exalar o último suspiro. (CORREIO DO POVO, 18 ago. 1963, capa).

Esse era o clima vigente no mundo nos anos 50 e 60.

Uma fagulha democrática

Em 1950, Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), voltando a exercer, democraticamente, o cargo que ocupara durante 15 anos. Mesmo tendo recebido um país com laços muito fortes com os Estados Unidos – laços esses firmados pelo ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, que era presidente do Brasil quando da assinatura do Tiar – Vargas adotou uma posição nacionalista. Criou a Petrobras e escolheu João Goulart (Jango) para ministro do Trabalho. Com a criação da Petrobras, nacionalizou uma importante fonte de lucros: o petróleo. E com a nomeação de João Goulart, criou suspeitas e reservas das elites nacional e estrangeira. Goulart era visto pela União Democrática Nacional (UDN) como um perigoso esquerdista. Sua proposta de aumento do salário mínimo em cem por

cento desagradou imensamente a burguesia nacional, sendo o estopim de sua queda do Ministério do Trabalho.

Dificilmente Goulart poderia ser considerado comunista sem o terrorismo ideológico patrocinado pela UDN e por seu principal porta-voz Carlos Lacerda. João Goulart era um reformista que acreditava na conciliação das classes e no papel mediador do Estado. Não havia, portanto, fundamentos para considerá-lo um perigoso esquerdista, senão por um forte ranço ideológico patrocinado pelos Estados Unidos. Com o aumento das pressões, Getúlio Vargas suicidou-se em agosto de 1954 e, com sua morte, assumiu o vice-presidente Café Filho. Ele tomou medidas opostas às de Vargas, facilitando a entrada de capital estrangeiro (sobretudo estadunidense) no País. (VIZENTINI, 2003b, p. 205).

Nas eleições de 1955, foram vitoriosos os candidatos da aliança formada pela união do PSD com o PTB, sendo eleitos Juscelino Kubitschek e João Goulart, presidente e vice, respectivamente.

O governo de Juscelino Kubitschek foi assinalado pela euforia desenvolvimentista e industrializante. Tinha como lema fazer o Brasil crescer “cinquenta anos em cinco”. Houve a abertura para a instalação de empresas multinacionais e, com isso, o Brasil começou a produzir bens de consumo duráveis. Ao mesmo tempo que havia essa abertura ao capital estrangeiro, mantinha um elo com o passado getulista através de um Estado assistencialista, que subsidiava habitações populares e transportes públicos e continuava garantindo o cumprimento das leis sociais dos períodos de Vargas no poder.

A chama dos não-alinhados

No fim da década de 50, ocorreu um fato que repercutiu no mundo inteiro: a Revolução Cubana, que afastou o ditador Fulgêncio Batista, defensor dos interesses estadunidenses, do poder. A partir dessa revolução, o contexto ideológico da Guerra Fria se transferiu para a América Latina. Mesmo que, desde 1947, com a assinatura do Tiar, os Estados Unidos já estivessem se preparando para possíveis interferências soviéticas no continente, a Revolução Cubana (1959) e a subsequente adoção do caráter socialista (1º/5/1961), como resposta ao embargo econômico e a uma mal-sucedida tentativa de invasão por parte dos estadunidenses, se configurou em um sinal de alarme para os Estados Unidos.

No Brasil foram realizadas eleições presidenciais no ano de 1960. Venceu o pleito o candidato apoiado Jânio Quadros pela UDN. João Goulart, do PTB, foi eleito vice-presidente, pois a Constituição de 1946 não previa a obrigatoriedade da escolha por chapas fechadas para presidente e vice-presidente.

Jânio Quadros prometia acabar com a inflação e moralizar o Brasil. Era um presidente singular, governava o País mandando bilhetinhos aos seus ministros. Tomou medidas esdrúxulas, como proibir que os desfiles de *Miss* fossem transmitidos pela televisão, e que as mulheres usassem biquínis na praia, além da proibição de brigas de galo-de-rinha e das corridas de cavalo.

Desde o acirramento da Guerra Fria, o mundo havia passado a viver sob uma forte divisão ideológica bipolar, em função das duas superpotências. Em razão disso, ocorreu, em 1955, a Conferência de Bandung (GADDIS, 2006, p. 120-121), na qual começou-se a pensar na possibilidade de construção de uma nova ordem política e econômica mundial, em razão da qual os países não ficassem submetidos à opressão e ao jugo dos Estados Unidos ou da União Soviética. Essa idéia teve ampla repercussão e mobilizou alguns países na tentativa de construir essa nova ordem internacional.

O amadurecimento dessas idéias levou a que, em Belgrado, na Iugoslávia, acontecesse a Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados, tendo o Brasil participado como observador. (CERVO; BUENO, 2002, p. 326). Segundo Thomas Skidmore, Jânio Quadros “impressionara-se com a tentativa de várias nações em desenvolvimento, como o Egito, de encontrar um caminho intermediário entre o Ocidente e o Comunismo, para atingir o desenvolvimento”. (SKIDMORE, 2000, p. 141). Afora o Egito do presidente Gamal Abdel Nasser, outros expoentes consagrados desse projeto de uma nova ordem política e econômica foram o Marechal Tito, da Iugoslávia, o ministro da Economia Ernesto “Che” Guevara, de Cuba, o presidente Sukharno, da Indonésia, e o primeiro-ministro indiano Jawaharlal Nehru.

Momentos “quentes” de uma Guerra Fria: a PEI

O Brasil estava passando por uma crise econômica muito forte naquele ano de 1961. O então presidente Jânio Quadros passou a acreditar (e porque não dizer, apostar) na necessidade de alteração da

inserção do Brasil nas relações externas como forma de superação da crise. Para atingir esse objetivo, ele propôs novas diretrizes para a política internacional do Brasil: reatou relações diplomáticas e comerciais com países socialistas como a Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia; buscou uma aproximação com a União Soviética; apoiou as independências de Angola e Moçambique; fez contatos com a China comunista através do vice-presidente João Goulart; condecorou o primeiro cosmonauta, o soviético Yuri Gagarin (autor da célebre frase: “A Terra é azul”) e o revolucionário Ernesto “Che” Guevara (FELIZARDO, 1988, p. 18); buscou a realização da Universíade-63 para o Brasil.⁷

Para os governos Jânio Quadros e João Goulart não importava com quem o Brasil mantivesse relações comerciais, pois eles tinham uma política de crescimento muito pragmática: o importante era gerar riquezas, independentemente de onde elas viessem. Como as negociações com os Estados Unidos não se mostravam muito vantajosas e não solucionavam os problemas econômicos brasileiros, o que houve foi a tentativa de atingir novos mercados, o que é uma das propostas da PEI.

Porém, a PEI desagradou os setores mais tradicionais da sociedade brasileira. Carlos Lacerda iniciou uma nova campanha contra o presidente eleito, dessa vez aproveitando as relações do Brasil com Cuba para espalhar novamente o terrorismo do “fantasma comunista”. (BANDEIRA, 1993, p. 137). Seu discurso anticomunista foi bem recebido pelas classes médias e pelos militares. Jânio Quadros tentou, então, um contragolpe: propôs sua renúncia, acreditando que o Congresso e as Forças Armadas não a aceitariam, temendo o espectro do comunismo representado pelo vice-presidente João Goulart, e que as massas populares oporiam-se à sua renúncia. Mas isso não aconteceu! A renúncia de Jânio Quadros foi aceita, e o Brasil se deparou com um período de novas convulsões. (REIS FILHO, 2001, p. 324-325; FERREIRA, 2003a, p. 326-327).

João Goulart estava, nesse momento, na República Popular da China. Retardou sua volta, fazendo escalas em Paris, Nova York, Buenos Aires e Montevideú. Nesse tempo, as forças que se opunham a Goulart se organizaram e tentaram um golpe, impossibilitando a posse do legítimo sucessor de Jânio Quadros. No entanto, no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola aglutinou forças para a posse do vice-presidente, eleito em 1960. Juntamente com o comandante do III Exército General Machado Lopes, Brizola organizou a Campanha da Legalidade e assegurou, naquele fim de agosto de 1961, a posse de João Goulart como presidente do Brasil.

Para assumir a presidência que legalmente lhe pertencia, João Goulart acabou aceitando a proposição de um regime parlamentarista. (FERREIRA, 2003b, p. 348). O escolhido para seu primeiro-ministro foi Tancredo Neves, do PSD. Para Ministro das Relações Exteriores, a escolha recaiu sobre Santiago Dantas, do PTB; qual deu substância à PEI, estabelecendo como suas principais diretrizes:

A) contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; B) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; C) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; D) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole. (DANTAS, 1962, p. 6).

Mesmo sendo pintado com as cores do comunismo internacional por setores reacionários do Brasil, num tempo em que dos Estados Unidos sopravam os ventos do anticomunismo com uma força esplendorosa e ao Brasil chegavam carregados de temores, Jango de comunista nem barba tinha. João Goulart almejava o desenvolvimento econômico-social que o Brasil necessitava dentro do capitalismo internacional, e era na PEI que ele vislumbrava a possibilidade de o Brasil estabelecer essa independência econômica e social, através de relações diplomáticas e comerciais com novos mercados consumidores, de acordo com as diretrizes principais da PEI.

Na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada entre 23 de janeiro e 2 de fevereiro de 1962, em Punta del Este, Uruguai, quando foi proposta a expulsão de Cuba da OEA, o Brasil não votou contra a permanência da ilha, ao contrário do que os Estados Unidos esperavam.⁸ Além disso, alguns meses após, quando da crise dos mísseis em Cuba, em outubro, momento no qual “A Guerra Fria poderia ter causado uma guerra quente que poderia ter acabado com a vida humana no planeta” (GADDIS, 2006, p. 79),⁹ Goulart respondeu ao presidente Kennedy, assegurando sua posição pacifista e favorável ao desarmamento mundial, por intermédio do Embaixador Lincon Gordon:

Sempre nos manifestamos contra a intervenção militar em Cuba, porque sempre reconhecemos a todos os países, sejam quais forem seus regimes ou sistemas de Governo, o direito de soberanamente se autodeterminarem. O Brasil sempre foi claro em sua atitude, fiel à sua tradição pacifista e ao espírito cristão do seu povo, o que não o impediu de admitir como legítimo o direito de Cuba de se defender de possíveis agressões, partissem de onde partissem e que visassem, pela força ou pela violência, a subjugar a sua soberania ou a impedir o direito de autodeterminação do povo cubano. Mesmo não aceitando como legítimo o armamento ofensivo que os Estados Unidos alegam existir em Cuba, nunca reconhecemos a guerra como instrumento capaz de resolver conflitos entre Nações. (BANDEIRA, 1977, p. 79).

Com o fim do episódio da Crise dos Mísseis, a posição do Ministério das Relações Exteriores, nesse momento coordenado por Hermes Lima, em busca de uma solução pacífica e de não-intervenção, trouxe apoio interno ao governo e reconhecimento externo, como o expresso “no dia 8 de novembro (quando) Kruschew agradeceu, em mensagem dirigida a Goulart, os esforços brasileiros a favor de uma solução pacífica no desenrolar da crise”. (CERVO; BUENO, 2002, p. 348-349). Esses dois acontecimentos relacionados à Cuba, somados ao fato de o Brasil ter reatado, em novembro de 1961, relações diplomáticas com a União Soviética, fizeram com que a PEI começasse a ser alvo de olhares mais atentos e preocupados por parte dos Estados Unidos.

Em janeiro de 1963, foi realizado um plebiscito para a escolha do sistema de governo do Brasil. Venceu o presidencialismo e, com isso, em 24 de janeiro de 1963, foi instalado o primeiro Ministério Presidencialista de João Goulart. O presidente, agora com plenos poderes, escolheu para o Ministério da Fazenda o deputado Santiago Dantas. Com o auxílio do economista Celso Furtado, planejaram novas formas para fazer o Brasil crescer. Foram propostas as Reformas de Base: uma série de medidas estruturais para dar condições ao Brasil de crescer e melhorar as condições de vida da sua população, com ênfase nas reformas agrária e tributária.

Do mesmo modo como as Reformas de Base, a PEI, como instrumento político e de desenvolvimento econômico-social para o Brasil, jamais procurou romper com a formação social capitalista. Esse não era o propósito de Jânio Quadros nem o de João Goulart. O que eles queriam era melhorar a posição do Brasil dentro do capitalismo internacional, aproveitando-se de uma independência externa para

comercializar com as áreas de influência dos dois blocos mundiais. Um exemplo disso é que

a possibilidade de exportação de carros brasileiros para o bloco socialista foi admitida pelo Ytamarati ontem, em face de pedido de informações dirigido pela Bulgária à Embaixada do Brasil em Sofia. Seriam necessários 5 mil unidades do Volkswagen ou DKW-Vemag, de fabricação brasileira. (CORREIO DO POVO, 10 ago. 1963, p. 11).

Todavia, a PEI tinha diretrizes mais amplas do que apenas desenvolver atividades econômicas. Também eram importantes as relações políticas internacionais, como seus princípios desarmamentistas e pacifistas, defendidos agora pelo novo ministro das Relações Exteriores Evandro Lins e Silva, que assinou, em 9 de agosto de 1963, juntamente com México, Honduras, Chile e Bolívia, o Pacto de Paz Atômica proposto pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Nesse momento, já eram 34 os países signatários desse pacto e assim declarou Goulart:

Os povos de todo o mundo sabem que está ao seu alcance atingir níveis de bem-estar que se limitam hoje ao terço industrializado e desenvolvido do planeta. Hoje, mais do que nunca, a luta pela paz e pelo desarmamento se confunde com a luta pelo desenvolvimento econômico e social. (CORREIO DO POVO, 10 ago. 1963, p. 16).

E as diretrizes da PEI adquiriam amplitude maior na defesa da paz mundial quando complementadas com posições a favor do anticolonialismo e do anti-racismo, sendo elogiada nos meios diplomáticos, conforme a posição do Embaixador da Índia no Brasil Vincent Coelho:

Embora seja pequeno o intercâmbio comercial entre os dois países, que atingiram estágios de desenvolvimento econômico muito semelhantes, é grande a cooperação na esfera da política internacional, onde a Índia e o Brasil têm posições que quase se identificam em relação aos grandes problemas internacionais como o desarmamento, o anticolonialismo e o anti-racismo. [...] Declarou que seu país aplaudiu entusiasticamente o voto recentemente dado pelo Brasil na ONU, contra a manutenção das colônias portuguesas na África. [...] A URSS continua a manter seu projeto de ajuda econômica à Índia, estando de pé o projeto para a instalação de uma fábrica de aviões “Mig” em seu país. Quanto ao

conflito ideológico Pequim-Moscou, a Índia mantém-se equidistante. Apesar do conflito fronteiriço com a China, a Índia continua a manter relações cordiais com o Governo de Pequim e defende ainda o ingresso da China nas Nações Unidas. (CORREIO DO POVO, 16 ago. 1963, p. 14).

Ainda em agosto, foi nomeado um novo ministro das Relações Exteriores:

O embaixador Araújo Castro foi nomeado ontem Ministro das Relações Exteriores. [...] Disse que no discurso que pronunciará por ocasião da abertura da Assembléia Geral da ONU, vai procurar dar corpo à tese pregada pelo Presidente João Goulart no Chile e no Uruguai segundo a qual os países subdesenvolvidos devem unir-se para atuar conjuntamente na conferência de comércio internacional, a fim de tentar conseguir reformular a estrutura das relações comerciais. O ex-titular da pasta, Evandro Lins e Silva, vai para o Supremo Tribunal Federal. (CORREIO DO POVO, 23 ago. 1963, p. 16).

E a projeção que o Brasil buscava externamente vinha sendo ampliada. Através da PEI, o Brasil desempenhava uma função ativa nos foros internacionais:

Brasil propõe um pacto global de não agressão – A proposta foi apresentada pelo delegado brasileiro Josué de Castro e foi muito bem recebida em Genebra. Espera-se que o Brasil apresente a proposta mês que vem, na Assembléia Geral das Nações Unidas, sobre desarmamento mundial. (CORREIO DO POVO, 28 ago. 1963, Capa).

Nessa conjuntura, seriam realizados, em Porto Alegre, os Jogos Mundiais Universitários – Universiade-63 – no período de 30 de agosto a 8 de setembro. Um grupo de jovens universitários gaúchos da Federação Universitária Gaúcha de Esportes (Fuge) assumiu o Comitê Executivo dos Jogos, e o secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul José Antônio Aranha, representante direto do governador Ildo Meneghetti, assumiu o Comitê Organizador. (CORREIO DO POVO, 11 ago. 1963, p. 15).

Em Boletim informativo sobre a a Universiade, assim eles descreveram a cidade:

Aqui, no extremo sul brasileiro, à beira desse belo e desconhecido Guaíba, Porto Alegre cresce a despeito de tudo. Hoje se situa entre as quatro maiores cidades do Brasil. É ativo centro econômico e o maior porto fluvial do país. [...] O povo é empreendedor e ao mesmo tempo alegre e comunicativo. Seus 720 mil habitantes descendem, em sua maioria, de elementos europeus, daí talvez sua curiosidade para tudo o que vem da Europa. [...] Porto Alegre cresceu por conta própria, sem traçado de ruas e bairros; mas cresceu com graça e personalidade. [...] Além de cidade universitária e comercial que, por si só seriam incremento turístico, a capital do Rio Grande do Sul oferece atrações típicas que a tornam uma cidade turística. [...] Todo este teste anual, por que passa Porto Alegre, credencia a capital gaúcha a ser o local ideal para a realização da Universíade-63. (BOLETIM DA UNIVERSÍADE 63, Porto Alegre, n. 1, ago. 1963).

Nesse espírito de empenho à realização dos Jogos Mundiais Universitários no Brasil, foi construído, em tempo recorde (94 dias), o maior ginásio do Sul do País à época. Na sua certidão de batismo, foi abençoado como Ginásio Universíade. Porém, a Ditadura civil-militar não permitiu a sua crisma, e hoje é conhecido como Ginásio da Brigada Militar. Ali foram realizados os jogos de basquete e vôlei. Já as competições de atletismo foram realizadas no *Estádio Olímpico do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense*.¹⁰ Para a competição de esgrima houve uma inovação: foram utilizados os armazéns A e B do Cais do Porto, e as provas de ginástica, natação e saltos ornamentais foram realizadas no Grêmio Náutico União. Os jogos de tênis tiveram efeito na Sociedade Leopoldina Juvenil, e o pólo aquático, no Petrópole Tênis Clube. (DOMINGOS, 2004, p. 212).

Para instalar os mais de mil atletas que viriam a Porto Alegre, foi necessário entrar num acordo com a Caixa Econômica Estadual,¹¹ que aceitou ceder um recém-construído conjunto habitacional no Bairro Partenon para servir como Vila Olímpica (CORREIO DO POVO, 10 set. 1963, p. 18). Hoje, a região que cresceu em torno da Vila Olímpica é conhecida como Intercap, uma zona residencial rodeada de praças esportivas, tendo uma delas recebido o nome de Praça Universíade. As refeições foram servidas no 18º Regimento de Infantaria do Exército, que ficava apenas a 900 metros da Vila Olímpica.¹² Os atletas brasileiros não ficaram na Vila Olímpica e sim no Hotel Pampa, e realizaram suas refeições no prédio da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no qual havia um enorme restaurante onde hoje é a

Biblioteca Central. A UFRGS, inclusive, obteve muito prestígio com a Universidade, pois a Rádio da Universidade da UFRGS foi escolhida como rádio oficial da Universidade, realizando transmissões em inglês, alemão, francês, espanhol e russo, sendo citada em várias partes do mundo como a origem da notícia, dando resultados e fazendo comentários sobre tudo o que se referia à Universidade (DOMINGOS, 2004, p. 212-213).

Entre 24 e 30 de agosto de 1963, chegaram as delegações, com atletas oriundos de 27 países. (CORREIO DO POVO, 24-31 ago. 1963). Os que obtiveram maior destaque nos jogos foram Hungria, União Soviética, Alemanha (que veio com uma representação formada por atletas das zonas oriental e ocidental), Japão, Inglaterra, Itália, Polônia, Brasil, França, Cuba e Tchecoslováquia, todos com medalhas de ouro. (KOCH, 2003, p. 227). A cerimônia de abertura dos Jogos Mundiais Universitários foi realizada no Estádio Olímpico e contou com mais de quarenta mil espectadores. Todas as 27 delegações esportivas desfilaram pela pista atlética, e a Pira Olímpica foi acesa, com o estádio totalmente às escuras, pelo consagrado atleta brasileiro Ademar Ferreira da Silva. A plateia vibrou muito! Porto Alegre, nesse momento, vivia a emoção de sediar o que de melhor havia no mundo em matéria de esporte. Antônio Succar, bicampeão mundial de basquete pelo Brasil, proferiu o juramento do atleta em três idiomas: português, francês e inglês. (CORREIO DO POVO, 1º set. 1963, Contracapa).

O grande destaque da Universidade foram as provas de atletismo, não sendo exagero dizer que o atletismo da Universidade valeu por uma Olimpíada. O atletismo contou com 21 países, não estando em Porto Alegre apenas a Irlanda e a Romênia dos que conquistaram o ouro na Universidade de 61, em Sofia. Muitos dos atletas vinham direto do *podium* na Olimpíada de Roma, em 1960. Era esse o caso de Valery Brumel (recordista mundial de salto em altura e prata em Roma, conhecido, posteriormente, como o maior atleta da década de 60), Tamara Press (ouro no arremesso de peso e prata no arremesso de disco em Roma), Elvira Ozolina (ouro no arremesso de dardo em Roma), entre outros. O grande destaque no atletismo foi a URSS com 15 medalhas de ouro, sendo seguida pela Alemanha com 4 e a Inglaterra com 3. O Brasil ganhou uma medalha de bronze, no decatlo masculino com Marseno Martins. (CORREIO DO POVO, 30 ago. a 8 set. de 1963).

Em setembro, veio ao Brasil o Marechal Tito, presidente da Iugoslávia. Houve inúmeras reações contrárias à sua visita ao País, pois,

afinal, era o presidente da República Socialista Federativa da Iugoslávia.¹³ A Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) lançou uma veemente campanha de rua, expressa em faixas e cartazes na qual o presidente Tito era qualificado como inimigo da democracia e perseguidor dos católicos.¹⁴ Alguns setores da imprensa do centro do País reagiram da mesma forma:

Jornalistas de São Paulo protestam contra a visita de Tito – Associando-se ao movimento democrático de repúdio à visita que ao Brasil fará o sr. Joseph Broz Tito, ditador comunista da Iugoslávia, carrasco de Monsenhor Stepinac e inimigo declarado da liberdade, nós, jornalistas do Estado de São Paulo, manifestamos, publicamente, nosso protesto contra essa visita, que apenas serve aos interesses da propaganda de Moscou. (CORREIO DO POVO, 1º set. 1963, p. 20).

Como expoente do Movimento dos Países Não-Alinhados, o presidente Joseph Broz Tito foi recebido em Brasília pelo presidente João Goulart. O jornal *Correio do Povo* assim noticiou:

Impressionante dispositivo policial-militar à chegada de Tito – Com o dispositivo de segurança mais impressionante que Brasília já viu na sua curta história de visitas importantes, desembarcou o sr. Joseph Broz Tito, Presidente da República Socialista Federativa da Iugoslávia. Foi recebido pelo Presidente Jango e sua esposa Maria Teresa e pelo embaixador iugoslavo e senhora. (CORREIO DO POVO, 19 set. 1963, Contracapa).

Percebe-se que o jornal *Correio do Povo*, ao não dar maiores informações sobre o propósito da visita ao presidente brasileiro, diminuía, em muito, a importância do acontecimento para as propostas da PEI.

Por fim, um momento que pode ser considerado como o ápice da PEI no tocante às suas diretrizes políticas internacionais, foi a Abertura da Assembléia Geral da ONU, quando o ministro das Relações Exteriores do Brasil (Araújo Castro), proferiu seu famoso discurso dos “Três Ds”, pregando a necessidade emergente de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos, a descolonização na África e o desarmamento no mundo. (CORREIO DO POVO, 20 set. 1963, Capa).

A conclusão é um incêndio

Foi, então, através da PEI, que, mesmo não atingindo plenamente as suas ambições porque foi freada por fenômenos históricos bem conhecidos nossos que se abateram sobre todo subcontinente sul-americano, nas décadas de 60 e 70, que o Brasil se integrou ao mundo e ajudou na busca pela paz e pelo conagraçamento dos povos. E, se não houve o crescimento econômico almejado e sua indispensável distribuição de renda, ao menos houve uma história de luta pela igualdade, de resistência e de não-subordinação àqueles que há muito nos exploram.

Por fim, muito disso foi visto pelo Rio Grande do Sul, através das páginas do jornal *Correio do Povo*, aproximadamente, seis meses antes da deposição do presidente João Goulart e da instalação da Ditadura civil-militar no Brasil. Excetuando-se as mais sombrias barbáries patrocinadas por nossos generais presidentes – como a tortura e os assassinatos de presos políticos e opositores do regime – foi o ataque sistemático e contundente àquilo que Daniel Aarão Reis Filho chamou “tradição trabalhista” (2001, p. 345-347) e na qual a PEI era elemento indispensável, que podemos observar o rompimento mais visível que os novos donos do poder realizaram.¹⁵ De uma proposta de política externa ativa, passamos a uma condição de subordinação extremada.¹⁶¹⁶ Essa subordinação extremada pode ser observada nas palavras de Juraci Magalhães, Ministro das Relações Exteriores no Regime Militar: “O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”

Notas

¹ O projeto político do presidente João Goulart pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de pugnar a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando ao desenvolvimento do País. Para esse fim foram importantes a sistematização da PEI, a criação do 13º salário, o Estatuto do Trabalhador Rural – que levava os direitos sociais aos trabalhadores do campo –, a Lei da Remessa de Lucros (que limitava o envio de capitais para o Exterior) e a criação da Universidade de Brasília (UnB) e a Eletrobras.

² “Sempre que escrevia um romance, cuja ação se passava em fins do século passado (XIX) ou princípio deste (XX), costumava recorrer às velhas coleções do *Correio do Povo*, que, como testemunho da história e espelho da sociedade dos últimos 80 anos, inspiram-me em abundância”. (Veríssimo *apud* DILLENBURG, 1997, p. 97).

³ Conforme Hélgio Trindade e Maria Izabel Noll, o Estado do Rio Grande do Sul, desde a Guerra Farroupilha (1835-1845) tem uma conformação política assentada em um sistema multipartidário de polarização. No pós-1945, essa confrontação se dará entre o PTB e o anti-PTB. (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 68-81).

⁴ Apesar dessa retórica pública de independência, é possível perceber, através de seus editais e, em especial da coluna de Arlindo Pasqualini, irmão do petebista Alberto Pasqualini, uma posição de caráter anticomunista e crítica ao governo João Goulart. Segundo um importante jornalista porto-alegrense,

Oswaldo Goidanich, que trabalhou no periódico, de 1943 a 1974, o *Correio do Povo* “é um jornal conservador, com uma abertura liberal”. (DILLENBURG, 1997, p. 140).

⁵ Podemos compreender melhor as repercussões ocasionadas pela dianteira tecnológica soviética que, além de preocupar os EUA, causaram forte impacto psicológico no decorrer da Guerra Fria e, para efeitos deste trabalho, na cultura política brasileira conforme a posição do “Embaixador Lincoln Gordon [que] tinha a impressão de que Goulart acreditava que os norte-americanos nunca mais se haviam emparelhado aos russos desde o lançamento do Sputnik no espaço”. (PARKER, 1977, p. 40). Interpolações com colchetes nossos.

⁶ Para uma introdução ao tema do Macarthismo, veja-se FERREIRA, Argemiro. *Caça às bruxas: Macartismo: uma tragédia americana*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

⁷ “Vem de 1961, quando o Brasil pleiteou em Sofia, na Bulgária, e o conseguiu, fossem os jogos universitários de 1963 levados a efeito no Brasil”. (CORREIO DO POVO, 11 ago. 1963, p. 15). Para saber mais sobre a história dos Jogos Mundiais Universitários (Universiades), bem como sua realização no Brasil, veja-se: KOCH, Rodrigo. *Universiade 1963: história e resultados dos Jogos Mundiais Universitários de Porto Alegre*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2003; NOGUEIRA, Maristel Pereira. *Universiade de 63: reconstrução da memória através da perspectiva dos jornais*. 2004. Dissertação (Mestrado) – PUCRS, Porto Alegre: 2004;

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (Org.) *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

⁸ Além do Brasil, se abstiveram de votar a expulsão de Cuba os seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Equador, México. (QUINTANEIRO, 1988, p. 68-75; MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 160).

⁹ A idéia de Guerra Quente também é presente em Cesar Augusto Barcellos Guazzelli: “Antes do final de 1962, a crise de relacionamento de Cuba com os Estados Unidos atingiria um clímax, que foi talvez o momento mais agudo da Guerra Fria” (GUAZZELLI, 1993, p. 20).

¹⁰ Desde o final da década de 1970, quando foi reformado, passou a ser designado como Estádio Olímpico Monumental do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

¹¹ No Governo de Antônio Britto (1995-1998), a Caixa Econômica Estadual, bem como a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT) e parte importante da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), foram privatizadas. No Rio Grande do Sul, palco das encampações da *International Telephone & Telegraph* (ITT) e *American & Foreign Power* ligada a *Bond & Share* (FERREIRA, 2003b, p. 350) realizadas no Governo Leonel Brizola (1958-1962), essa decisão ainda hoje é fonte de discussões acaloradas, sendo a tônica das

campanhas eleitorais de 1998, 2002 e 2006 para o Governo do Estado.

¹² No segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), o 18º Regimento de Infantaria do Exército deixou de desenvolver suas atividades neste local, que foi adquirido pela PUCRS para ampliação de seu estacionamento.

¹³ Os temores da subserviência de Tito aos soviéticos eram desproporcionais à realidade, pois desde 1948 ele tinha rompido com a subordinação direta à URSS. (GADDIS, 2006, p. 31-32, 118-119).

¹⁴ “**Repúdio a visita de Tito** – A Campanha da Mulher pela Democracia lançou hoje uma veemente campanha de rua, expressa em faixas e cartazes, contra a anunciada visita de Tito, ditador da Iugoslávia, ao Brasil. Nestas faixas são particularmente referidas as condições de inimigo da democracia e de perseguidor dos católicos do marechal iugoslavo.” (CORREIO DO POVO, 30 ago. 1963, Contracapa).

¹⁵ “O efeito total da modificação da política externa do Brasil foi repudiar a política externa ‘independente’ do período Quadros-Goulart, implementando, ao invés, a filosofia ‘pró-Occidente’, explanada nos cursos e conferências da Escola Superior de Guerra” (SKIDMORE, 2000, p. 398).

¹⁶ Essa subordinação extremada pode ser observada nas palavras de Juraci Magalhães, Ministro das Relações Exteriores no Regime Militar: “O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”. (SODRÉ, 1979, p. 399-400).

Referências

FONTES PRIMÁRIAS

BOLETIM *da Universidade-63*. Porto Alegre, n. 1, 3 e 4, ago./set. 1963.

DANTAS, Francisco C. San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

JORNAL *Correio do Povo*, Porto Alegre, edições de ago./set. 1963.

FONTES SECUNDÁRIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

DILLENBURG, Sérgio. *Correio do Povo: história e memória*. Porto Alegre: Ed. da UPF, 1997.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (Org.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 205-215.

FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1988.

FERREIRA, Argemiro. *Caça às bruxas: Macartismo: uma tragédia americana*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática* (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. p. 301-342.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática* (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b. p. 343-404.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GUAZZELLI, Cesar A.B. *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O Breve Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KOCH, Rodrigo. *Universidade 1963 – História e resultados dos Jogos Mundiais Universitários de Porto Alegre*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.

MILZA, Pierre. Política externa e política interna. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 365-399.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. *Universidade de 63: reconstrução da memória através da perspectiva dos jornais*. 2004. Dissertação (Mestrado) – PUCRS, Porto Alegre, 2004.

PARKER, Phyllis R. *1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31*

de Março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1988.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul:*

partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

VIZENTINI, Paulo G. F. *Relações Internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. A Guerra Fria. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004;

_____. *O século XX: o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, p. 195-216.

Artigo recebido em maio de 2008. Aprovado em julho de 2008.